

5ª EDIÇÃO ▶  
**AUDITORIA  
DA PESCA** BRASIL 2024

RESUMO DOS  
RESULTADOS

# AUDITORIA DA PESCA 2024

## A PESCA NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

### RESUMO DOS RESULTADOS

A dimensão que a pesca alcança hoje no planeta é tão grande quanto o desafio de mantê-la existindo no longo prazo. Isso porque os recursos pesqueiros dos quais a atividade depende estão cada vez mais escassos.



FONTE: DADOS DA FAO, 2024

Portanto, **garantir que os recursos pesqueiros sejam mantidos dentro de níveis seguros é - ou ao menos deveria ser - a principal tarefa de governos e Organizações Regionais de Ordenamento Pesqueiro (OROPs)**, sobretudo naqueles países e regiões alta-

mente dependentes da pesca e de seus recursos. Mas, apesar de serem nítidos os avanços na gestão pesqueira em muitos locais (Hilborn *et al.*, 2020), o caminho para a sustentabilidade ainda é longo e a tendência que se observa é oposta àquela desejada.

NOS ANOS 1970:



NOS ANOS 2020:



FONTE: DADOS DA FAO, 2024



Foto: Oceana/Marcos Jatahy

Reverter esse cenário depende de uma série de elementos que precisam trabalhar em sinergia. **Na base de uma boa gestão da pesca estão dados e informações.** Sem eles, gestores e sociedade não dispõem das ferramentas necessárias para guiar o uso equilibrado dos recursos e definir, sobretudo, o quanto se pode capturar de cada estoque. Também é fundamental **encontrar meios para transformar a ciência em regras**, estabelecendo medidas tecnicamente embasadas para contro-

lar a pressão da atividade sobre os recursos naturais e reduzi-la sempre que necessário. E, é claro, **promover o cumprimento das regras adotadas, combatendo atividades ilegais que estão, muitas vezes, associadas a outras atividades criminosas como o trabalho forçado e o tráfico humano** (Hendharto, 2018; Selig *et al.*, 2022). Todas estas tarefas demandam investimentos, compromissos e vontade política, sendo, portanto, de extrema complexidade.

## **SOBREPESCA, O QUE É?**

Quando a extração dos pescados do ambiente supera a capacidade que os estoques (ou populações de peixes) têm de repor aquilo que se captura, ocorre um processo tecnicamente chamado de sobrepesca. Estoques exauridos não conseguem ser produtivos como antes, e a pesca se mantém em níveis muito abaixo daqueles que seriam considerados ótimos.

Em casos mais severos de sobrepesca, a abundância chega a níveis tão baixos que a atividade como um todo colapsa. Há casos de pescarias que nunca mais retornaram aos patamares anteriores, como o emblemático caso do bacalhau do Atlântico (*Gadus morhua*), colapsado desde os anos 1990.

Enquanto a sociedade – ou, pelo menos, quem está interessado – patina para reverter os quadros globais de sobrepesca, um novo elemento vai surgindo e tornando todo esse contexto ainda mais desafiador: a emergência climática.

As temperaturas no planeta aumentam a cada ano. Os oceanos, que absorvem a maior parte da radiação solar, estão cada vez mais quentes. O derretimento do gelo nos polos está afetando as correntes marítimas. Os regimes de chuvas se modificam. Os eventos naturais se tornam mais extremos e ocorrendo em intervalos menores de tempo.

Não se trata mais de compreender unicamente a biologia, a ecologia e a dinâmica das espécies-alvo da atividade pesqueira dentro de um sistema estático e embasado em observações do passado. **As mudanças climáticas exigem de gestores e da sociedade uma visão de futuro, trazendo-lhes a difícil tarefa de compreender como os recursos e as pescarias vão responder a um ambiente em modificação, que não mais se comporta como há poucos anos, e se planejar para evitar crises ainda mais agudas.**

2024 foi o pior ano de pesca para nós, por conta dos fatores climáticos. Desde que eu me conheço por gente na pescaria, desde 1997. O mar começa a crescer muito, começa a lavar aqui e ali, e tudo que tiver nos arroios, nas ruas, na beira da praia, o mar vai levar. E uma coisa é o peixe estar ali, outra coisa é o mar dar as condições de a gente pescar – e é aí que entram os fatores climáticos. Com o mar mais violento e cheio de lixo, a gente não consegue pescar.

**Daniel da Veiga,**

*pescador artesanal  
do Rio Grande do Sul*



Foto: Agência Brasil/Rafa Neddermeyer

## O QUE JÁ SABEMOS?

As alterações na temperatura das águas e nos padrões das correntes têm gerado relevantes alterações nos padrões de distribuição das espécies. Cientistas cunharam o termo “tropicalização” para descrever o fenômeno associado à expansão do cinturão de águas quentes do Equador e trópicos em direção aos polos.

A lógica da tropicalização parte do princípio de que as espécies possuem uma temperatura ideal ou ótima para sua sobrevivência. **Com o avanço das águas quentes em direção aos polos, as espécies menos tolerantes ao calor tendem a se mover para águas mais frias encontradas nas regiões temperadas e polares. As espécies de águas mais quentes, por sua vez, ampliam sua distribuição** (Cheung *et al.*, 2009; McLean *et al.*, 2021).

Já existem evidências desse fenômeno em todos os oceanos do planeta, inclusive na costa brasileira. Pesquisadores já detectaram mudanças significativas, apontando que **as capturas da pesca demersal no Sul do Brasil estão aquecendo**. Em outras palavras, ao longo dos anos, as frotas pesqueiras estão desembarcando proporções cada vez maiores de espécies encontradas em águas mais quentes, enquanto as espécies associadas a águas frias estão cada vez mais raras. E isso está diretamente associado ao aquecimento das águas de fundo no Sudeste e Sul do país (Perez e Sant’Ana, 2022).

Há evidências de que o **Sudoeste do Atlântico é um dos hotspots de aquecimento**, uma área que tende a aquecer em níveis acima da média global (Hobday e Pecl, 2014). Com isso, este efeito de tropicalização deve se tornar cada vez mais intenso, sobretudo nas costas Sudeste e Sul do Brasil, reduzindo a ocorrência de estoques bastante explorados nestas regiões, como abrótea (*Urophycis brasiliensis*), merluza (*Merluccius hubbsii*) e calamar-argentino (*Illex argentinus*), já

que, em breve, eles deverão se concentrar nas águas mais frias do Uruguai e da Argentina (Perez e Sant’Ana, 2022).

Além disso, um relatório publicado recentemente revelou que **em um cenário de altas emissões de gases de efeito estufa e de elevação da temperatura global, devemos observar declínios superiores a 10% na produção pesqueira na maior parte dos países, já na metade deste século** (Blanchard e Novaglio, 2024). Caso o problema das emissões e do aquecimento siga se agravando, decréscimos superiores a 30% na produção em ao menos 48 países ou territórios são esperados até o final deste século.

### ESTIMA-SE QUE ATÉ 2030:

 **23%** DOS ESTOQUES PESQUEIROS MUNDIAIS SOFRERÃO MUDANÇAS DE DISTRIBUIÇÃO

 **78%** DAS ZONAS ECONÔMICAS EXCLUSIVAS (ZEE) TERÃO PASSADO POR AO MENOS UMA ALTERAÇÃO NOS ESTOQUES TRANSFRONTEIRIÇOS

FONTE: PALACIOS-ABRANTES ET AL., 2022.

**Apesar de possíveis incertezas e limitações, estas pesquisas e modelos deixam claro que as consequências das alterações no clima devem impactar negativamente a pesca e os recursos pesqueiros em boa parte do globo. Mas, para além disso, as pessoas que atuam na pesca, assim como suas comunidades como um todo, já estão sofrendo com as consequências de um clima em mudança.**

Em 2024, o país acompanhou com tristeza as enchentes sem precedentes no estado do Rio Grande do Sul. A Lagoa dos Patos, uma laguna costeira que drena algumas das bacias hidrográficas que estiveram no epicentro das enchentes, recebeu níveis históricos de vazão dos rios e transbordou, afetando dezenas de comunidades costeiras que tiveram perdas econômicas e incontáveis prejuízos imateriais.

**Eu perdi muita coisa na minha casa, todos os móveis e o freezer. E ainda tem pessoas recebendo ajuda e doação, que seguem passando dificuldade, porque a pescaria não melhorou até hoje e a Colônia toda vive da pesca. Tudo o que aconteceu, e ainda está acontecendo, tem relação com as mudanças climáticas.**

**Alessandra Oxley,**

*pescadora artesanal do Rio Grande do Sul*



Foto: Agência Brasil/Rafa Neddermeyer

Já na região amazônica, situações igualmente sem precedentes atingiram as comunidades ribeirinhas, resultado não do excesso de água, mas da falta absoluta dela. A seca histórica que atingiu a maior floresta tropical do mundo entre 2023 e 2024 fez rios enormes secarem, deixando as pessoas sem água potável, sem capacidade de locomoção, sem acesso a serviços básicos e sem uma de suas principais fontes de alimento e subsistência: a pesca.

**Essa seca tem interferido em diversos aspectos da vida das populações tradicionais, porque a falta de água causa a falta de tudo. 2023 foi forte, 2024 foi mais grave ainda e para 2025 a gente está apreensivo de pensar como que vai ser. A Amazônia já vive esse desafio das mudanças climáticas.**

**Josana Pinto da Costa,**

*pescadora artesanal do Pará*



Foto: Agência Brasil/Bruno Peres

**Para além de uma crise humanitária, eventos climáticos extremos como os observados agravarão também impactos crônicos para a pesca.** O excesso de água doce na região do estuário da Lagos dos Patos, por exemplo, seguramente prejudicará a pesca na região por certo período. Isto porque espécies como camarão-rosa, tainha, corvina e linguados dependem de uma laguna com águas salobras para seu desenvolvimento.

Já no caso dos rios amazônicos, a seca causou a mortalidade massiva de diversas espécies de peixes de suma importância para a pesca local. Provavelmente foram impactadas as migrações (piracemas) e as desovas, o que deve reduzir a abundância futura de diversas espécies de peixes, reduzindo a disponibilidade para pescadores locais.

Sem dados precisos sobre quantos pescadores existem, sua produção, locais de pesca, renda e demais elos da cadeia produtiva, é impossível que governos e governantes estejam preparados para enfrentar crises que tendem a se tornar cada vez mais frequentes e intensas. Frente aos variados (e indesejados) contextos apresentados, **estratégias de adaptação e contenção de danos ao setor pesqueiro e às comunidades pesqueiras deveriam ser**

**elementos centrais de uma política pública de planejamento e enfrentamento às consequências das mudanças climáticas na pesca. Isso será o divisor de águas entre o sucesso e o fracasso na adaptação das pescarias e suas cadeias produtivas.**

Acontece que, mesmo com todas as evidências das mudanças climáticas e os efeitos que já causam nos ecossistemas e pescarias do Brasil, o que temos observado ao longo das edições da Auditoria da Pesca, publicadas pela Oceana desde 2020, é que as **avaliações quantitativas dos estoques naturais de peixes ainda são exceção no Brasil e o monitoramento alcança apenas metade das pescarias.** Além disso, nossas pescarias e frotas, em sua vasta maioria, são **administradas por regimentos ultrapassados e estáticos**, cujas regras de controle não se adaptam ao potencial de remoção sustentável dos estoques a cada ano, safra ou temporada.

**Sem dados, monitoramento, previsão e adaptação, é impossível chegar a estimativas minimamente confiáveis sobre como os estoques estão respondendo à pressão pesqueira. Muito menos compreender como eles se comportarão em um ambiente em acelerada modificação.**



Foto: Oceana/Marcos Jatahy

## PRINCIPAIS RESULTADOS

Esta 5ª edição da Auditoria da Pesca Brasil traz análises comparativas da gestão da atividade pesqueira no país durante o ano de 2024, a partir da avaliação de indicadores e requisitos agrupados dentro de quatro categorias: Orçamento Público, Pescarias, Estoques Pesqueiros e Transparência.

Com o início de um novo Plano Plurianual (PPA 2024-2027), o orçamento do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) para o exercício de 2024 foi de R\$ 350,7 milhões, 85% a mais do que no exercício anterior. Apesar disso, o valor coloca a pasta na posição de **segundo menor orçamento de todo o Poder Executivo**. Ao longo do ano, 39% desse valor foi executado, sendo investidos somente R\$ 32 milhões nas ações finalísticas de pesca.

**O reflexo disso é sentido nos demais indicadores avaliados na Auditoria da Pesca, que ao longo dos anos demonstraram melhora, mas que, agora, atingem níveis de**

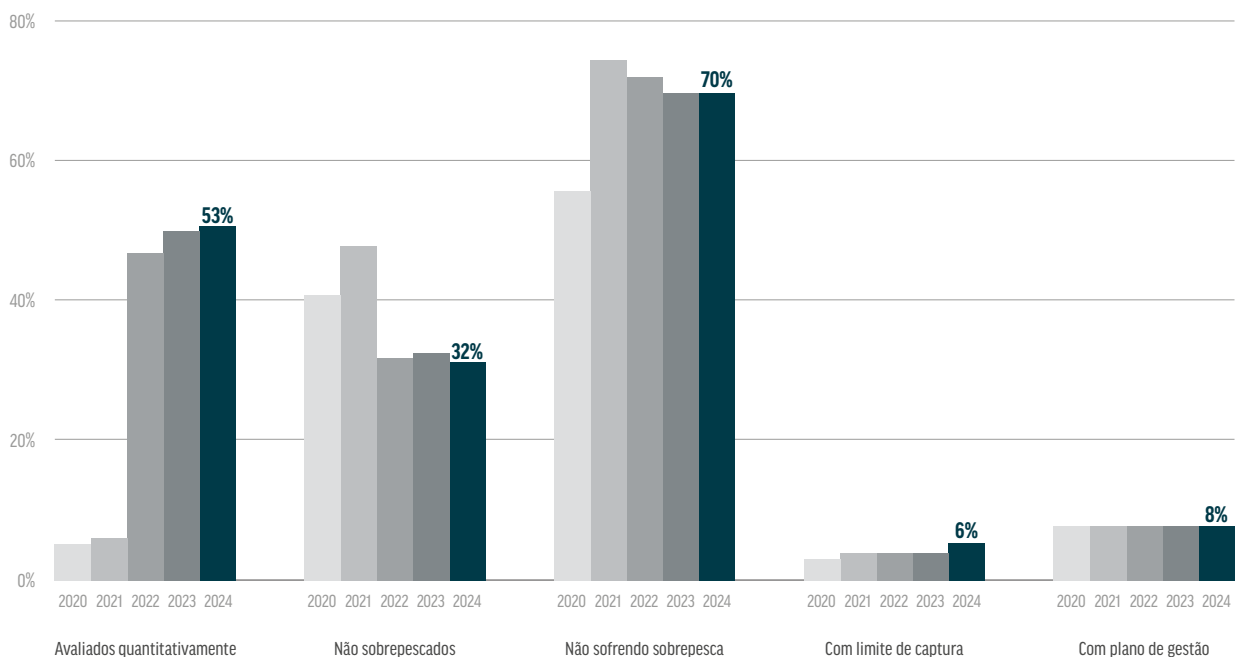
**estabilidade, resultado de uma ausência de medidas estruturantes para mudanças concretas do cenário da gestão pesqueira nacional.**

A situação dos Estoques Pesqueiros se manteve semelhante aos anos anteriores (**Figura 1**). **Conhecemos a situação de pouco mais da metade (53%) das espécies marinhas e estuarinas que são alvo da pesca comercial no país.** Essas avaliações são possíveis graças a projetos de pesquisa publicados em 2022, vinculados a projetos acadêmicos com financiamento intermitente, cujos resultados sequer foram incorporados às medidas de ordenamento pela autoridade pesqueira federal.

Do que conhecemos sobre os estoques, é alarmante o fato de que **seguimos com 68% deles sobrepescado**. E a adesão a ferramentas que poderiam ajudar a reverter esse problema segue baixíssima, com **94% dos estoques ainda sem limites de captura e 92% deles sem plano de gestão**.

**FIGURA 1** PANORAMA GLOBAL DOS INDICADORES DA CATEGORIA ESTOQUES PESQUEIROS AVALIADOS NAS AUDITORIAS DA PESCA DE 2020 A 2024.

### Estoques pesqueiros

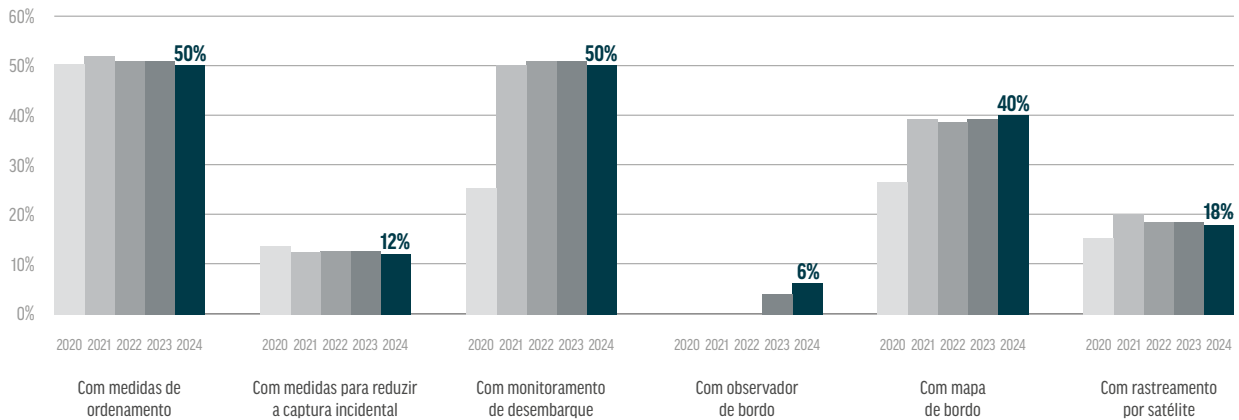


Os indicadores relativos às Pescarias também permaneceram estáveis em comparação com o que é observado nas edições anteriores (Figura 2). Destaca-se o fato de que **metade das pescarias (50%) não está coberta por**

**medidas de ordenamento**, sendo que a maior parte delas está concentrada no Norte e Nordeste – evidenciando as **graves diferenças regionais neste acompanhamento da atividade**.

FIGURA 2 PANORAMA GLOBAL DOS INDICADORES DA CATEGORIA PESCARIAS AVALIADOS NAS AUDITORIAS DA PESCA DE 2020 A 2024.

## Pescarias

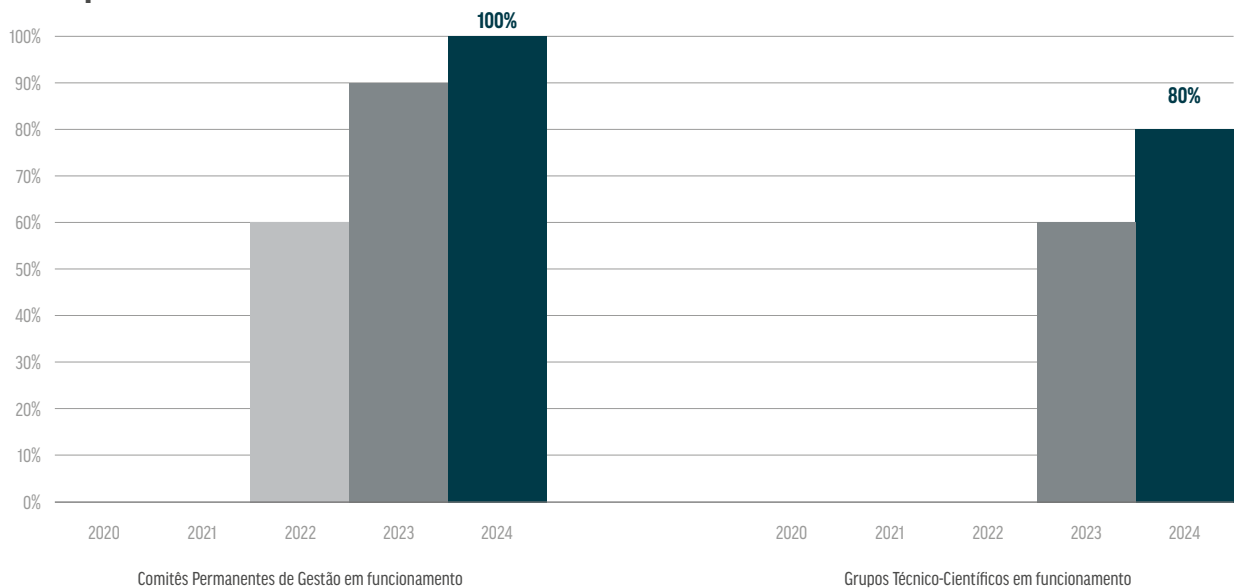


É na Transparência que está o principal ganho de 2024 em relação aos anos anteriores, já que **todos os fóruns de consulta e assessoramento - Comitês Permanentes de Gestão dos Recursos Pesqueiros (CPGs) - realizaram reunião em**

**2024**, alcançando 100% do indicador pela primeira vez. No entanto, a falta de informações públicas sobre as reuniões dos fóruns de assessoramento técnico científico - Grupos Técnico-Científicos (GTCs) - ainda é um problema (Figura 3).

FIGURA 3 PANORAMA GLOBAL DOS INDICADORES DA CATEGORIA TRANSPARÊNCIA AVALIADOS NAS AUDITORIAS DA PESCA DE 2020 A 2024.

## Transparência



## RESUMO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA DA PESCA BRASIL 2024.

ORÇAMENTO PÚBLICO	RESULTADO
Orçamento anual (2024)	R\$ 350,73 milhões
Grau de execução do orçamento anual	39%
Orçamento futuro (2025)	R\$ 273,26 milhões

PESCARIAS	RESULTADO
% de pescarias integralmente sujeitas a medidas de ordenamento	50%
% de pescarias integralmente obrigadas a adotar medidas para redução ou mitigação das capturas incidentais	12%
% de pescarias integralmente cobertas por monitoramento de desembarque	50%
% de pescarias com monitoramento a bordo das embarcações	6%
% da frota pesqueira registrada com obrigação legal de entregar Mapas de Bordo	40%
% da frota pesqueira registrada com obrigação legal de aderir ao PREPS	18%

ESTOQUES PESQUEIROS	RESULTADO
% dos estoques pesqueiros com <i>status</i> conhecido	53%
% dos estoques pesqueiros com <i>status</i> conhecido que estão sobrepescados ( $B < B_{RMS}$ )	68%
% dos estoques pesqueiros com <i>status</i> conhecido que estão em sobrepesca ( $F > F_{RMS}$ )	30%
% dos estoques pesqueiros com Limite de Captura definido	6%
% dos estoques pesqueiros com Plano de Gestão atualizado	8%

TRANSPARÊNCIA	RESULTADO
% de Comitês Permanentes de Gestão ativos	100%
% de Subcomitês Científicos/Banco Técnico-Científico ativos	80%
Registros dos fóruns de consulta publicamente disponíveis	Parcialmente atendido
Balanços anuais da produção pesqueira publicamente disponíveis	Não atendido
Dados sobre pescadores e embarcações pesqueiras publicamente disponíveis	Atendido
Informações sobre a situação dos estoques pesqueiros publicamente disponíveis	Parcialmente atendido

## O QUE PODE SER FEITO?

- 1** Financiar pesquisas para projetar cenários futuros para estoques pesqueiros, pescarias e ecossistemas a partir das alterações climáticas e oceanográficas;
- 2** Estruturar um programa contínuo para a avaliação dos estoques pesqueiros;
- 3** Construir um plano nacional para a estatística pesqueira envolvendo uma rede de instituições e profissionais;
- 4** Ampliar os programas de monitoramento da atividade pesqueira para as regiões Norte e Nordeste;
- 5** Incorporar os resultados de projetos de pesquisa no planejamento de médio-longo prazo da gestão das pescarias, bem como de ferramentas de adaptação às mudanças climáticas;
- 6** Retomar o monitoramento e a coleta de dados a bordo das embarcações, reestruturando e modernizando o PROBORDO;
- 7** Aprovar e sancionar o Projeto de Lei 4789/2024, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, voltada ao combate da pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, à promoção da pesca sustentável, da justiça social, da valorização das mulheres e da aplicação da ciência pesqueira na gestão dos recursos pesqueiros;
- 8** Buscar alternativas para a redução da instabilidade institucional por meio da criação de uma autarquia que concentre as tarefas finalísticas da gestão pesqueira.

**A Oceana permanece comprometida em monitorar e avaliar a administração pesqueira, utilizando esta Auditoria como uma ferramenta crucial para subsidiar uma gestão mais eficiente e transparente, assegurando que os recursos públicos sejam bem utilizados para o benefício das comunidades pesqueiras e a conservação dos ecossistemas marinhos.**

**OCEANA** Proteger os oceanos  
e alimentar o mundo

- [brasil.oceana.org](http://brasil.oceana.org)
- [youtube.com/oceanabrasil](https://youtube.com/oceanabrasil)
- [linkedin.com/company/oceanabrasil/](https://linkedin.com/company/oceanabrasil/)
- [facebook.com/oceanabrasil](https://facebook.com/oceanabrasil)
- [instagram.com/oceanabrasil](https://instagram.com/oceanabrasil)
- [tiktok.com/@oceanabrasil](https://tiktok.com/@oceanabrasil)

